

SUMÁRIO

PARTE I • DIREITO ADMINISTRATIVO

1. PRINCÍPIOS.....	31
1.1. PRINCÍPIOS BÁSICOS	31
1.1.1. Princípio da Supremacia do Interesse Público Sobre o Privado	31
1.1.2. Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público	31
1.2. PRINCÍPIOS EXPRESSOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	32
1.2.1. Princípio da Legalidade.....	32
1.2.2. Princípio da Impessoalidade	33
1.2.3. Princípio da Moralidade: honestidade, boa-fé de conduta, atuação não corrupta	33
1.2.4. Princípio da Publicidade.....	33
1.2.5. Princípio da Eficiência	34
1.2.6. Artigo 5º, LV, CF: Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa....	34
1.3. PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS	35
1.4. PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA	38
1.5. SÚMULAS DE JURISPRUDÊNCIA.....	39
1.5.2. Supremo Tribunal Federal.....	39
1.5.3. Superior Tribunal de Justiça.....	40

2. PODERES ADMINISTRATIVOS.....	41
2.3. SÚMULAS DE JURISPRUDÊNCIA.....	45
3. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	47
3.1. INTRODUÇÃO.....	47
3.2. ADMINISTRAÇÃO DIRETA.....	48
3.3. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.....	49
3.3.1. Autarquias.....	51
3.3.2. Fundações Públicas.....	54
3.3.3. Empresas estatais.....	55
3.3.3.1. Estrutura das Empresas Estatais.....	57
3.3.3.1.1. Requisitos de transparência.....	57
3.3.3.1.2. Conselho de Administração e Conselho Fiscal.....	58
3.4. ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR (PARAESTATAIS).....	60
3.4.1. Serviço Social Autônomo.....	60
3.4.2. Organizações Sociais (OS).....	60
3.4.3. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)...	62
3.4.4. Entidades de Apoio.....	63
3.4.5. Organização da Sociedade Civil (OSC).....	63
3.4.6. Do termo de colaboração, do termo de fomento e do acordo de cooperação.....	64
3.4.7. Procedimento de manifestação de interesse social.....	64
3.4.8. Chamamento Público.....	65
3.4.9. Dispensa e inexigibilidade do certame.....	65
3.4.11. Responsabilização da organização da sociedade civil e aplicação de penalidades.....	67
3.5. SÚMULAS DE JURISPRUDÊNCIA.....	68
3.5.2. Superior Tribunal de Justiça.....	69

4. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO71

4.1. HISTÓRICO: EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO71

4.2. RESPONSABILIDADE CIVIL. PREVISÃO LEGAL..... 72

4.3. AGENTES DA RESPONSABILIDADE CIVIL..... 72

4.4. ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE 73

4.5. RESPONSABILIDADE POR OMISSÃO DO ESTADO 74

4.6. DANOS QUE GERAM A RESPONSABILIDADE..... 75

4.7. PRAZO PRESCRICIONAL 76

4.8. AÇÃO DE REGRESSO CONTRA O AGENTE PÚBLICO 76

4.9. RESPONSABILIDADE POR OBRA PÚBLICA..... 78

4.10. RESPONSABILIDADE POR ATOS LEGISLATIVOS: 79

4.11. RESPONSABILIDADE POR ATOS JURISDICIONAIS..... 79

4.12. SÚMULAS DE JURISPRUDÊNCIA 80

5. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....81

5.1. DESAPROPRIAÇÃO - INTERVENÇÃO SUPRESSIVA NA PROPRIEDADE.....81

5.1.1. Procedimento da Desapropriação: 87

5.1.2. Fases do Procedimento:..... 88

5.1.3. Desapropriação indireta..... 91

5.1.4. Direito de extensão..... 92

5.1.5. Desapropriação por zona..... 92

5.1.6. Tredestinação e Retrocessão 93

5.2. INTERVENÇÕES RESTRITIVAS NA PROPRIEDADE	94
5.2.2. Servidão administrativa	95
5.2.3. Tombamento	96
5.2.4. Requisição Administrativa	98
5.2.5. Ocupação Temporária	98
5.3. SÚMULAS DE JURISPRUDÊNCIA	99
5.3.2. Supremo Tribunal Federal	99
5.3.3. Superior Tribunal de Justiça	100
6. LICITAÇÕES	101
6.1. PRINCÍPIOS:	102
6.2. TIPOS DE LICITAÇÃO	102
6.3. QUEM DEVE LICITAR	104
6.4. INTERVALO MÍNIMO	104
6.5. COMISSÃO	105
6.6. MODALIDADES LICITATÓRIAS:	105
6.6.1. Concorrência	105
6.6.2. Tomada de preço	107
6.6.3. Convite	107
6.6.4. Concurso	109
6.6.5. Leilão	109
6.6.6. Pregão	110
6.7. LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS	111
6.8. PROCEDIMENTOS	111

6.8.2. Procedimentos diferenciados.....	116
6.9. DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DA LICITAÇÃO	117
7. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	127
7.1. CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	127
7.2. CLÁUSULAS EXORBITANTES.....	130
7.3. SUBCONTRATAÇÃO NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO	133
7.4. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	133
7.5. TEORIA DA IMPREVISÃO	134
7.6. GARANTIA.....	135
7.7. DURAÇÃO	135
7.8. RESCISÃO CONTRATUAL	138
7.9. SÚMULAS DE JURISPRUDÊNCIA	138
7.9.2. Supremo Tribunal Federal	138
8. BENS PÚBLICOS.....	139
8.1. CONCEITO.....	139
8.2. CLASSIFICAÇÃO	140
8.3. GARANTIAS	141
8.4. UTILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS POR PARTICULARES	143
8.5. BENS EM ESPÉCIE	144
8.6. SÚMULAS DE JURISPRUDÊNCIA.....	147
8.6.2. Superior Tribunal de Justiça	147

9. AGENTES PÚBLICOS	149
9.1. CONCEITO.....	149
9.3. REQUISITOS PARA INGRESSO NO CARGO PÚBLICO.....	156
9.5. VACÂNCIA.....	160
9.6. ACUMULAÇÃO DE CARGOS.....	161
9.7. DESLOCAMENTO.....	162
9.8. REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	163
9.9. VANTAGENS	165
9.10. FÉRIAS.....	170
9.11. LICENÇAS	171
9.12. AFASTAMENTOS	173
9.12.2. Afastamento para servir a outro órgão ou entidade (art. 93)	174
9.12.3. Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior (arts. 95 e 96)	175
9.12.4. Afastamento para Participação em Programa de Pós-Grad- uação Stricto Sensu no País (art. 96-A).....	175
9.13. CONCESSÕES.....	176
9.15. REGIME DISCIPLINAR.....	178
9.16. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	178
9.17. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....	183
9.17.1. Sindicância	184
9.17.2. Processo administrativo disciplinar propriamente dito (PAD)....	184
9.17.3. Processo sumário	189
9.18. APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO.....	190

9.18.1. Regimes de Previdência	190
9.18.2. Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).....	192
9.18.2.1. Breve histórico constitucional.....	192
9.18.2.2. Características do RPPS.....	194
9.18.2.3. Hipóteses de aposentadoria.....	195
9.18.2.4.1. Contribuição de inativos.....	204
9.18.2.4.2. Déficit atuarial e criação de contribuição extraordinária.....	205
9.18.2.5. Teto do regime próprio.....	206
9.18.3. Natureza jurídica do ato de aposentadoria.....	208
9.19. SÚMULAS DE JURISPRUDÊNCIA	209
9.19.2. Supremo Tribunal Federal	210
9.19.3. Superior Tribunal de Justiça.....	213
10. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	215
10.1. PRINCÍPIO DA MORALIDADE.....	215
10.2. NATUREZA JURÍDICA DAS SANÇÕES DE IMPROBIDADE	215
10.3. DOS AGENTES	216
10.3.2. Sujeito passivo	216
10.4. ESPÉCIES DE ATO DE IMPROBIDADE E SANÇÕES APLICÁVEIS....	217
10.4.1. Nova espécie de Improbidade Administrativa	222
10.5. PROCEDIMENTO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IM- PROBIDADE	223
10.6. PRESCRIÇÃO	225
11. ATOS ADMINISTRATIVOS.....	227
11.1. ATOS ADMINISTRATIVOS X ATOS DA ADMINISTRAÇÃO	227

11.2. ATO ADMINISTRATIVO.....	228
11.2.2. Atos vinculados e Atos discricionários.....	229
11.3. ELEMENTOS OU REQUISITOS DO ATO ADMINISTRATIVO	229
11.3.1. Competência.....	229
11.3.2. Finalidade.....	231
11.3.3. Forma	232
11.3.4. Motivo	232
11.3.5. Objeto.....	233
11.4. ATRIBUTOS DO ATO ADMINISTRATIVO.	234
11.4.1. Presunção de veracidade e legitimidade.....	234
11.4.2. Imperatividade.....	235
11.4.3. Exigibilidade (coercitividade/coercibilidade).....	235
11.4.4. Autoexecutoriedade (executoriedade).....	235
11.4.5. Tipicidade	235
11.5. FASES DE CONSTITUIÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO.	236
11.5.1. A perfeição	236
11.5.2. A validade do ato	236
11.5.3. A eficácia	236
11.6. CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.	237
11.6.2. Quanto ao âmbito de atuação, os atos podem ser gerais ou individuais	238
11.6.3. Quanto ao objeto, os atos administrativos podem ser atos de império ou atos de gestão.....	238
11.6.4. Quanto aos efeitos, os atos se dividem em normativos, ordinatórios, negociais, enunciativos e punitivos	239
11.7. EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	242

11.8. SÚMULAS DE JURISPRUDÊNCIA	246
11.8.2. Supremo Tribunal Federal	246
12. SERVIÇOS PÚBLICOS.....	247
12.1. CONCEITO	247
12.2. PRINCÍPIOS.....	248
12.2.1. Continuidade.....	248
12.2.2. Modicidade.....	250
12.2.3. Atualidade.....	250
12.2.4. Cortesia.....	250
12.2.5. Economicidade	250
12.2.6. Generalidade.....	250
12.3. FORMAS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	251
12.4. DELEGAÇÃO CONTRATUAL DE SERVIÇOS.....	252
12.5. CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	253
12.5.1. Poder concedente.....	253
12.5.2. Concessionárias	253
12.6. PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	257
12.7. PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP.....	258
12.8. CONSÓRCIOS PÚBLICOS	260
13. PROCESSO ADMINISTRATIVO (LEI 9.784/99).....	265
13.1. INTRODUÇÃO	265
13.2. PRINCÍPIOS.....	266
13.2.1. Oficialidade (Impulso Oficial).....	266

13.2.2. Contraditório e Ampla Defesa	266
13.2.3. Instrumentalidade das formas	267
13.2.4. Informalismo	267
13.2.5. Verdade Real.....	268
13.2.6. Gratuidade.....	268
13.3. PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL	268
13.3.1. Aplicação subsidiária.....	269
13.3.2. Princípios.....	269
13.4. DIREITOS E DEVERES DOS PARTICULARES.....	270
13.5. INÍCIO DO PROCESSO	271
13.5.1. Da competência e das situações de suspeição e impedimento .	271
13.5.2. Forma, tempo e lugar dos atos processuais.....	273
13.5.3. Comunicação dos atos processuais.....	273
13.5.4. Da instrução e da decisão nos processos administrativos	275
13.6. DA MOTIVAÇÃO	277
13.7. DA EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	277
13.8. ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO	278
13.9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.....	279
13.10. DA CONTAGEM DE PRAZOS NOS PROCESSOS ADMINISTRA- TIVOS	281

PARTE II • DIREITO CONSTITUCIONAL

1. CONCEITO, OBJETIVO, OBJETO E NEOCONSTITUCIONALISMO.285

2. TEORIA DO PODER CONSTITUINTE287

2.1 HISTÓRICO 287

2.2. NATUREZA DO PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO 288

2.3. CONCEITO DE PODER CONSTITUINTE..... 289

2.4. TITULARIDADE X EXERCÍCIO 289

2.5. PODERES CONSTITUÍDOS.....290

2.6. ESPÉCIES DE PODER CONSTITUINTE290

2.6.1. O Poder Constituinte Originário291

2.6.2. O Poder Constituinte Derivado Reformador291

2.6.3. O Poder Constituinte Derivado Decorrente.....291

2.7. CARACTERÍSTICAS DO PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO 292

2.8. CARACTERÍSTICAS DO PODER CONSTITUINTE DERIVADO 293

3. ELEMENTOS DAS CONSTITUIÇÕES295

4. CONCEPÇÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO297

4.1. SENTIDO SOCIOLÓGICO 297

4.2. SENTIDO POLÍTICO..... 298

4.3. SENTIDO JURÍDICO-NORMATIVO (POSITIVISTA)..... 298

5. CLASSIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	301
5.1. A IMPORTÂNCIA DA CLASSIFICAÇÃO	301
5.2. QUANTO À FORMA	301
5.3. QUANTO À ORIGEM.....	301
5.4. QUANTO AO MODO DE ELABORAÇÃO.....	302
5.5. QUANTO À EXTENSÃO	302
5.6. QUANTO AO CONTEÚDO.....	303
5.7. QUANTO À ALTERABILIDADE	303
5.8. QUANTO À FINALIDADE	304
5.9. QUANTO À CORRESPONDÊNCIA COM A REALIDADE.....	304
5.10. A CLASSIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	304
6. A “MUDANÇA” NA CONSTITUIÇÃO	305
6.1. MANIFESTAÇÕES DO PODER CONSTITUINTE DERIVADO REFORMADOR	305
6.1.1. Emendas Constitucionais e Limitações.....	306
6.1.2. Emendas de Revisão	315
6.2. MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	316
6.2.2. Manifestações	317
6.2.3. Exemplos do Fenômeno.....	318
6.3. HERMENÊUTICA	319
6.3.1. OS PRINCIPAIS PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTI- TUCIONAL	320

7. DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS. ANÁLISE DE ALGUNS INCISOS DO ART. 5º DA CRFB/88323

7.1. PRINCÍPIO DA IGUALDADE 323

7.2. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE 324

7.3. MANIFESTAÇÃO DE EXPRESSÃO RESPONSÁVEL 324

7.4. LIBERDADE RELIGIOSA 325

7.5. PROTEÇÃO À INTIMIDADE E À VIDA PRIVADA 325

7.6. DIREITO DE REUNIÃO 326

7.7. DIREITO DE ASSOCIAÇÃO 327

8. NACIONALIDADE329

8.1. CONCEITO 329

8.2. ESPÉCIES DE NACIONALIDADE 330

8.3. CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DE NACIONALIDADE ORIGINÁRIA 330

8.4. AQUISIÇÃO DE NACIONALIDADE ORIGINÁRIA 331

8.5. AQUISIÇÃO DE NACIONALIDADE DERIVADA..... 333

8.6. TRATAMENTO DIFERENCIADO ENTRE BRASILEIROS 335

8.7. PERDA DA NACIONALIDADE..... 337

9. DIREITOS POLÍTICOS339

9.1. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL 339

9.2. O “SUFRÁGIO” 339

9.3. AQUISIÇÃO DE DIREITOS POLÍTICOS: ALISTAMENTO ELEITORAL340

9.4. DIREITOS POLÍTICOS ATIVOS.....	341
9.5. DIREITOS POLÍTICOS PASSIVOS.....	342
9.6. OS DIREITOS POLÍTICOS NEGATIVOS	342
10. PARTIDOS POLÍTICOS	347
10.1. CONCEITO	347
10.2. PRECEITOS FUNDAMENTAIS	347
10.3. O FIM DAS COLIGAÇÕES NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS E A CLÁUSULA DE BARREIRA	348
11. DIREITOS SOCIAIS	351
11.1. CONCEITO E DESAFIOS	351
11.2. Classificação dos direitos sociais na Constituição brasileira	352
12. TEORIA GERAL DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	353
12.1. INTRODUÇÃO	353
12.2. PRINCÍPIOS NORTEADORES.....	353
12.2.1. Princípio da Rigidez Constitucional	354
12.2.2. Princípio da Supremacia Constitucional	354
12.2.3. Princípio da Presunção de Constitucionalidade das Leis.....	354
12.3. CONCEITO	355
12.4. TIPOS DE INCONSTITUCIONALIDADE	355
12.5. MANIFESTAÇÕES DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE...	358
12.5.1. Com Relação ao Momento	358
12.5.2. Quanto ao Órgão	358

12.6. NÃO HÁ DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE POR DERIVAÇÃO/ POR VIA REFLEXA /POR VIA OBLÍQUA/ OU INDIRETA	360
12.7. O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE JUDICIAL.....	360
12.7.1. Com Relação ao Órgão Competente para o Exercício	361
12.7.2. Com Relação ao Modo de Exercício	361
12.8. A EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL	362
12.8.2. A Constituição de 1891.....	362
12.8.3. A Constituição de 1934	362
12.8.4. A Constituição de 1937	363
12.8.5. A Constituição de 1946.....	363
12.8.6. A Emenda Constitucional nº 16/65	364
12.8.7. A Constituição de 1967.....	364
12.8.8. A Constituição de 1988.....	364
13. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DIFUSO	365
13.1. DESENVOLVIMENTO DO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE	365
13.2. O PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO (OU DO FULL BENCH)	366
14. VISÃO GERAL DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE CONCENTRADO	369
14.1. INTRODUÇÃO	369
14.2. CARACTERÍSTICAS DO CONTROLE CONCENTRADO	369
14.3. ESPÉCIES DE AÇÕES DA VIA DIRETA.....	370

14.4. ATO NORMATIVO PASSÍVEL DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE VIA ADI E ADC.....	370
14.5. LEGITIMAÇÃO ATIVA PARA A PROPOSITURA DAS AÇÕES.....	371
14.5.1. Capacidade Postulatória.....	374
14.5.2. O Procurador-geral da República.....	374
14.5.3. O Advogado-geral da União	375
14.5.4. O Amicus Curiae.....	376
15. AS AÇÕES DO CONTROLE CONCENTRADO.....	379
15.1. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE GENÉRICA (ADI) ...	379
15.1.2. Objeto.....	379
15.1.3. Legitimidade Ativa	380
15.1.4. Concessão de Medidas Cautelares.....	380
15.1.5. Eficácia da Decisão Definitiva	381
15.1.6. Modulação de Efeitos e Suspensão de Julgamento.....	382
15.1.7. Da Ambivalência da ADI e da ADC.....	382
15.1.8. Modalidades de Decisão na ADI e na ADC	383
15.1.8.1. A interpretação conforme à Constituição	384
15.1.8.2. A declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.....	384
15.2. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO (ADO).....	385
15.2.1. Introdução.....	385
15.2.2. Competência.....	386
15.2.3. Objeto.....	386
15.2.4. Legitimação Ativa.....	386
15.2.5. Concessão de Medidas Cautelares.....	387

15.2.6. Omissão Total e Omissão Parcial.....	388
15.2.7. Efeitos da Decisão Definitiva	388
15.3. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (ADC).....	389
15.3.2. Competência.....	390
15.3.3. Legitimação Ativa.....	390
15.3.4. Objeto	390
15.3.5. Concessão de Medidas Cautelares.....	390
15.3.6. Efeitos da Decisão Definitiva	391
15.4. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF)	391
15.4.2. ADPF Preventiva e Repressiva	391
15.4.3. Arguição Direta (Autônoma) e Arguição Indireta (Incidental). 392	
15.4.4. Que é Preceito Fundamental?	392
15.4.5. Competência	392
15.4.6. Cláusula de Subsidiariedade	392
15.4.7. Objeto.....	393
15.4.8. Legitimidade Ativa.....	394
15.4.9. Concessão de Medidas Cautelares	394
15.4.10. Efeitos da Decisão Definitiva.....	394
15.5. COLETÂNEA DE JURISPRUDÊNCIA SOBRE ALGUNS TEMAS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	395
16. O PODER LEGISLATIVO	399
16.1. AS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	399
16.1.2. Requisitos Constitucionais	400
16.1.3. CPI nos Estados, Distrito Federal e Municípios	400
16.1.4. “Poderes” das CPIs	400

16.1.5. Vedações às CPIs	401
16.1.6. Ciência ao Ministério Público, a Advocacia-Geral da União ou outros órgãos	401
16.1.7. Quórum para Deliberação	402
16.2. ESTATUTO DOS CONGRESSISTAS.....	402
16.2.1. As Imunidades Materiais ou Inviolabilidades Parlamentares	402
16.2.2. Prerrogativa de Foro	403
17. PROCESSO LEGISLATIVO	405
17.1. INTRODUÇÃO	405
17.2. FASES DO PROCESSO LEGISLATIVO DE ELABORAÇÃO DA LEI ORDINÁRIA E COMPLEMENTAR	406
17.3. LEI DELEGADA	409
17.4. RESOLUÇÃO E DECRETO LEGISLATIVO	409
17.5. MEDIDA PROVISÓRIA	410
17.5.2. Os antigos decretos-leis. Características principais.	410
17.5.3. Autoridade competente	410
17.5.4. Medidas provisórias nos Estados e Municípios	410
17.5.5. Pressupostos constitucionais	411
17.5.6. Limitações materiais explícitas	411
17.5.7. Limitações materiais implícitas	412
17.5.8. Medidas provisórias e matéria tributária	412
17.5.9. Casa iniciadora do processo de conversão e prazo de vigência	412
17.5.10. Trancamento de pauta	413
17.5.11. Conversão de medida provisória em lei ordinária, com ou sem alterações	413

17.5.12. Rejeição tácita (ou por decurso de prazo) ou expressa	414
17.5.13. Reedição	414
17.5.14. MP e decreto legislativo	414
17.5.15. Medida provisória e controle de constitucionalidade	414
18. O PODER EXECUTIVO.....	417
18.1. FORMA E SISTEMA DE GOVERNO	417
18.1.1. Formas de Governo	417
18.1.2. Sistemas de Governo	417
18.2. ESTRUTURA DO PODER EXECUTIVO FEDERAL. CHEFIA DE ESTADO E DE GOVERNO	418
18.2.1. Atribuições do Chefe do Executivo Federal.....	419
18.3. REQUISITOS PARA A PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	419
18.4. AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS	419
18.4.1. As Eleições para o Executivo Estadual, Distrital e Municipal.....	420
18.5. A POSSE DO PRESIDENTE E DO VICE.....	420
18.6. REELEIÇÃO, DESINCOMPATIBILIZAÇÃO E INELEGIBILIDADE REFLEXA.....	420
18.7. IMPEDIMENTO E VACÂNCIA DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE	420
18.8. PERDA DE CARGO	421
18.9. PRERROGATIVAS E RESPONSABILIDADES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	421
18.9.1. Imunidades Formais.....	421
18.9.2. Prerrogativa de Foro	422
18.9.3. Os Crimes de Responsabilidade	422

18.9.4. Suspensão das Funções.....	423
18.9.5. Cláusula de Irresponsabilidade Penal Relativa.....	423
18.9.6. Prerrogativas de Governadores e Prefeitos.....	424
19. A REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO. ALGUMAS ALTERAÇÕES... 425	
19.1. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/2004	425
20. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DA FEDERAÇÃO 427	
20.1. DA UNIÃO	427
20.2. DOS ESTADOS FEDERADOS.....	428
20.3. DOS MUNICÍPIOS.....	429
20.4. DO DISTRITO FEDERAL	430
20.5. DOS TERRITÓRIOS.....	430
20.6. INTERVENÇÃO	431
20.7. REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS	432
20.8. ENUNCIADOS IMPORTANTES!.....	435
20.9. DECRETOS INTERVENTIVOS	435
21. DO SISTEMA CONSTITUCIONAL DAS CRISES 439	
21.1. PRINCÍPIOS INFORMADORES DO ESTADO DE DEFESA E DO ESTADO DE SÍTIO.....	440
21.2. REQUISITOS PARA O ESTADO DE DEFESA.....	440
21.2.1. Medidas Coercitivas que Podem Vigorar Durante o Estado de Defesa.....	440

21.3. REQUISITOS PARA O ESTADO DE SÍTIO	441
21.3.1. Medidas que Podem Vigorar Durante o Estado de Sítio	441
21.4. CONTROLE POLÍTICO E CONTROLE JURISDICIONAL.....	442
22. A SEGURANÇA PÚBLICA	443
22.1. DAS POLÍCIAS FEDERAIS	443
22.2. DAS POLÍCIAS ESTADUAIS	444
22.3. DAS POLÍCIAS PENAIS.....	444